

EMPRESÁRIOS, EDUCAÇÃO E AS POLÍTICAS PARA O ENSINO MÉDIO (2012-2017)

Vinícius de Oliveira Bezerra

viniciusoliveira_08@hotmail.com

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Resumo

Neste artigo, realizamos o “Estado do Conhecimento” sobre a atuação do empresariado brasileiro no campo das políticas de reforma do ensino médio, particularmente, no contexto do Projeto de Lei nº 6.840/2013 e da Lei nº 13.415/2017. O critério estabelecido para a seleção dos trabalhos refere-se à contribuição dada para o conhecimento das políticas de reforma do ensino médio e da atuação empresarial na educação, considerando o diálogo estabelecido com o projeto de pesquisa em desenvolvimento no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Por meio da análise do material, em diálogo com o projeto de pesquisa, foi possível mostrar que a nossa proposta de trabalho se insere nas lacunas observadas na bibliografia analisada.

Palavras-chaves: Empresários; educação; ensino médio.

Introdução

Neste artigo, objetivamos realizar o “Estado do Conhecimento” sobre a atuação do empresariado brasileiro no campo das políticas de reforma do ensino médio, particularmente, no contexto do Projeto de Lei nº 6.840/2013 e da Lei nº 13.415/2017.

Este estudo foi realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), Curso de Mestrado, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), como uma das etapas de desenvolvimento do projeto de pesquisa “Reformadores empresariais e as políticas para o ensino secundário (2012-2017): interfaces com a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017)”, na Linha de Pesquisa História, Políticas e Educação, orientado pela Prof.^a Dr.^a Silvia Helena Andrade de Brito.

Nosso projeto de pesquisa possui o objetivo geral de analisar a atuação de frações do empresariado nacional no contexto de discussões das políticas educacionais para o ensino médio, particularmente, o Projeto de Lei nº 6.840/2013 – elaborado após discussões no

Congresso Nacional, iniciadas em 2012¹ – e a Lei nº 13.415/2017, resultante da Medida Provisória nº 746/2016, que estabeleceu a mais recente reforma neste nível de ensino.

Para subsidiar nossa investigação, mapeamos e discutimos a produção acadêmica relacionada ao objeto de pesquisa, tentando responder, de forma crítica, quais os aspectos que os pesquisadores têm privilegiado, bem como os resultados que têm obtidos e as formas que dialogam com nossa proposta de pesquisa. É nessa esteira, segundo Ferreira (2002, p. 258), que se encontram as finalidades das pesquisas denominadas “Estado do Conhecimento”:

[...] [possuem objetivos de] mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Este artigo está dividido em duas seções. Primeiramente, faremos uma breve discussão dos procedimentos metodológicos utilizados para a realização do levantamento e seleção dos trabalhos, assim como alguns aspectos de ordem quantitativa. Em seguida, realizaremos a exposição dos resultados obtidos após o processo analítico do material selecionado.

Procedimentos metodológicos

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (Oasis), na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no site dos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (Capes)².

A primeira triagem dos trabalhos se deu pela afinidade do título com nosso projeto de pesquisa, resultando na seleção de 74 (setenta e quatro) trabalhos, dos quais 05 (cinco) teses, 15 (quinze) dissertações e 54 (cinquenta e quatro) artigos em periódicos. Em seguida, realizamos nova filtragem a partir da leitura dos resumos.

O critério estabelecido para a seleção refere-se à contribuição dada para o conhecimento das políticas de reforma do ensino médio e da atuação empresarial na educação, considerando o diálogo estabelecido com o projeto de pesquisa.

¹ Projeto de Lei 6.840/2013 foi elaborado pela Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio (CEENSI), instalada em 2012 e presidida pelo Deputado Reginaldo Lopes (PT).

² Para o levantamento do material utilizamos os seguintes descritores: reforma do ensino médio, MP 746; reforma do ensino médio (com recorte temporal entre 2016 e 2018); Projeto de Lei 6.840; empresários, educação.

A relação dos trabalhos selecionados, em cada uma das bases de dados, se encontra na tabela a seguir.

Tabela 1 – Pesquisas analisadas

BASE DE DADOS	PESQUISAS ANALISADAS	AUTORES
BDTD	02	Martins (2013), Pina (2016).
Oasis	07	Ferreti (2016), Adrião (2018), Freitas (2012, 2014a, 2014b, 2016), Peroni (2018).
Scielo	03	Kuenzer (2017), Ferreti e Silva (2017), Cunha (2017)
Periódicos Capes	02	Gonçalves (2017), Bezerra e Araújo (2017).

Fonte: Organizado pelo autor.

Conforme indica a Tabela 1, foram selecionadas 14 (quatorze) pesquisas, sendo 12 (doze) artigos, 01 (uma) dissertação e 01 (uma) tese. Os resultados da análise deste material serão expostos a seguir.

Estado do conhecimento: empresários e políticas para o ensino médio (2012-2017)

No levantamento realizado, a produção científica, dentro do campo da Educação, sobre a reforma do ensino médio de 2016 se encontra no formato de artigo.

Kuenzer (2017, p. 338) analisou a flexibilização curricular, inserindo-a nas transformações operadas nas bases materiais no capitalismo, que atingiram “[...] as relações de produção que configuram o regime de acumulação flexível, cimentado pela ideologia pós-moderna”. Destacando a influência empresarial no âmbito da reforma, Kuenzer (2017, p. 333) também afirmou que organizações do setor privado – como o Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Fundação Bradesco, Fundação Lemann e o Movimento Todos pela

Educação – têm ampliado seus lugares nas discussões sobre o ensino médio, defendendo, entre outros pontos, a flexibilização, alvo de análise da autora.

Por outra perspectiva, Cunha (2017) formulou a hipótese de que a reforma assume a função de “conter” a demanda de ingresso ao Ensino Superior, da mesma forma que as reformas de 1970 (Lei nº 5692/1971) e 1990 (Decreto nº 2208/1997). O autor sustentou esta hipótese da seguinte forma: a diminuição da expansão da rede privada de Ensino Superior, combinada com a redução do financiamento estudantil estatal (Fies), gerou a necessidade de reter alunos no ensino técnico e profissional, para desviar a demanda dos cursos de nível superior.

A partir do conceito de Estado Ampliado, em Antonio Gramsci, Ferreti e Silva (2017) analisaram a reforma como palco de disputas por hegemonia, quanto ao sentido, finalidade e formato do ensino médio. Para os autores, a disputa pelo ensino médio brasileiro é histórica, entre aqueles que defendem sua vinculação direta aos interesses da economia capitalista, e outros que lutam pela formação humana em sentido amplo.

Ferreti e Silva (2017) também criticaram a adesão às propostas empresariais no contexto de discussão da reforma no Congresso Nacional, bem como a abertura de espaços para organizações privadas nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Diante disto, os autores concluíram que, no contexto da MP nº 746, marcado pelo Golpe Parlamentar que articulou o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), reforçou-se a hegemonia do setor privado, em detrimento dos setores populares.

Outra autora que destacou os interesses mercadológicos subjacentes à reforma foi Gonçalves (2017), que dedicou um trabalho específico para a questão. Segundo a autora, ao flexibilizar o currículo, estabelecendo como um dos itinerários formativos a formação técnica e profissional, a reforma abriu espaços para a atuação de empresas privadas de ensino profissional no ensino público. Por fim, a autora concluiu que “[...] não resta dúvida dos interesses econômicos que respaldaram a reforma do ensino médio”, e que seus principais defensores “[...] são os grupos de empresários, que têm seus interesses contemplados na proposta do governo” (GONÇALVES, 2017, p. 142-143).

Percebe-se que a maioria dos autores supracitados destacaram as influências do empresariado nos rumos da reforma. Contribuindo para este debate, e aprofundando esta questão, em Bezerra e Araújo (2017) analisamos as convergências entre as recomendações de organizações empresariais e o conteúdo da Lei nº 13.415/2017. Foi possível mostrar que os principais pontos da reforma já estavam sendo sinalizados, há alguns anos, por organizações

empresariais, como o TPE e o Instituto Unibanco, assim como a articulação destes com o governo no cenário anterior à publicação da MP nº 746/2016.

Quanto ao Projeto de Lei nº 6.840/2013, percebemos que é um tema que ainda carece de estudos, pois encontramos apenas 01 (um) artigo em periódico. O autor que se debruçou sobre o tema foi Ferreti (2016).

O autor examinou o PL nº 6.840/2013 sob o ponto de vista de uma regressão, em comparação com a concepção de educação estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), aprovadas em 2012, que estavam ancoradas na concepção de escola politécnica e unitária, de Karl Marx e Antonio Gramsci. Ferretti (2016, p. 85) não desenvolveu a análise de quais grupos ou organizações subsidiaram a discussão do Projeto, apenas citou que “[...] são originárias principalmente do setor produtivo, mas também apoiadas por redes públicas de alguns entes federados, ou por entidades que as representam”.

Sem pretensões de aprofundarem as análises, autores que analisaram a reforma imposta pela MP nº 746 estabeleceram algumas comparações com o PL nº 6.840. Ferreti e Silva (2017, p. 392) apenas mencionaram as semelhanças de conteúdo, mas não desenvolveram o tema. Aprofundando um pouco mais nesta discussão, Cunha (2017, p. 379) teceu um comentário sobre as diferenças e semelhanças no conteúdo, bem como no contexto histórico entre as duas propostas, afirmando que a MP nº 746 “atropelou” as discussões em andamento no Congresso.

Na mesma perspectiva de Cunha (2017), Gonçalves (2017, p. 133) também citou a incorporação de críticas dos educadores no contexto de discussão do PL nº 6.840, organizados no Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Desse modo, Cunha (2017) e Gonçalves (2017), ao mesmo tempo em que reconhecem as semelhanças, consideraram que, ao menos, houve um debate democrático no contexto do PL nº 6.840, diferentemente da MP nº 746, que foi imposta de maneira autoritária.

Por meio do levantamento de trabalhos acerca da relação entre empresários e educação, foi possível perceber o crescimento no número de publicações sobre a temática nos anos 2000. Por exemplo, dos 24 artigos selecionados na primeira triagem, 23 foram produzidos a partir de 2009. A nosso ver, esta preocupação dos pesquisadores pode ser um indicativo do protagonismo que os empresários têm assumido no campo da educação pública. Entretanto, é válido ressaltar, esta observação inicial deve ser aprofundada por outros estudos. Em formato de tese, selecionamos Pina (2016), e na forma de dissertação, Martins (2013).

Em sua tese, Pina (2016) analisou a relação entre a ideologia da “responsabilidade social” do empresariado e a educação pública, de modo a esclarecer por que os empresários têm voltado suas atenções para este campo, examinando as proposições de 04 (quatro) organizações: Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (IE), Fundação Itaú Social (FIS) e Fundação Lemann (FL).

Segundo Pina (2016, p. 104), a ideologia da “responsabilidade social” representa uma tomada de consciência do empresariado sobre os riscos que os índices de pobreza poderiam representar para a manutenção da ordem estabelecida, em um contexto de imposição das reformas neoliberais dos anos 1990. Pina (2016, p. 141) afirmou que, nesse cenário, surgiu a “preocupação” com a “qualidade” da educação pública, relacionada à necessidade de garantir um padrão mínimo de formação às massas, como forma de manejar a pobreza e, conseqüentemente, garantir estabilidade política.

Desse modo, concluiu Pina (2016, p. 245), a atual organização dos empresários na política educacional é resultado de um processo de elevação no nível de sua consciência política coletiva, expresso no desenvolvimento da “responsabilidade social” na educação escolar.

Analisando uma organização específica, mas de grande capilaridade, Martins (2013) se debruçou sobre o Movimento Todos pela Educação (TPE), dando ênfase ao contexto histórico de surgimento, os atores envolvidos e suas formas de atuação. Segundo a autora, o TPE foi criado, em 2005, com o propósito de conferir organicidade e direção ao empresariado atuante no campo da educação, que, até então, atuava em várias iniciativas dispersas.

Conforme Martins (2013), para aumentar seu poder de influência, o TPE buscou se inserir nas instâncias decisórias da educação, priorizando a incorporação de dirigentes públicos e empresários influentes, conformando uma aliança que abrange governos, iniciativa privada e outros setores sociais. Desse modo, Martins (2013) concluiu que o “projeto de nação” do TPE se refere à reorganização conjunta do ensino público, a partir da inserção de critérios de gestão empresarial na educação, estabelecendo-se metas, exames padronizados, responsabilização docente, etc.

No formato de artigo, os trabalhos sobre a atuação do empresariado no campo da educação é mais extensa. Freitas (2012, 2014a, 2014b, 2016) é um dos autores que mais têm se dedicado sobre a temática, introduzindo no Brasil o conceito de *reformadores empresariais da educação*, empregado por Ravitch (2011) para analisar a atuação do empresariado na educação pública dos Estados Unidos.

De acordo com estes autores, *reformadores empresariais* reflete uma coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas, pesquisadores, institutos e fundações privadas que defendem reformas educacionais ancoradas nos princípios do mercado (FREITAS, 2012, p. 380). Em outras palavras, para os reformadores, os modelos de gestão das empresas devem ser aplicados à escola, de modo que se tornem mais eficientes e eficazes, melhorando, assim, sua “qualidade”.

Em seus trabalhos, Freitas (2012, 2016) tem argumentado que as “receitas” recomendadas pelos reformadores, para melhorar a “qualidade” da educação, não possuem evidência empírica de sua eficácia, tendo em vista que já foram amplamente testadas nos Estados Unidos, como mostrou Ravitch (2011), sem resultados concretos de melhora.

Em outros trabalhos, Freitas (2014a, 2014b) também examinou os motivos que estão levando os empresários a redobram seus interesses pela educação. Para o autor, se comparado com outros momentos, como no período de difusão da Teoria do Capital Humano, a atual investida dos reformadores possuem especificidades, que devem ser analisadas. Para Freitas (2014b), a necessidade de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, diminuir o salário médio da força de trabalho, motivam os empresários, embora, segundo o autor, eles próprios saibam que a produtividade não depende apenas da educação.

Neste quadro, o autor concluiu que existe uma disputa pelo conceito de educação e pelos métodos de formação da juventude. Para os empresários, basta “[...] saber ler, escrever, contar e algumas competências mais que estão sendo esperadas na porta da fábrica, medidas em um teste padronizado” (FREITAS, 2014b, p. 50); já os educadores profissionais “[...] desejam uma educação de qualidade social, voltada para os valores, para a formação humana ampla e entendem que a educação não é matéria para ser privatizada, pois é um bem público” (FREITAS, 2014b, p. 51).

Outros autores que possuem trajetórias de pesquisa nesta temática são Adrião (2018) e Peroni (2018), que têm investigado as relações entre o público e o privado na educação, a partir das transformações do papel do Estado, efetivada pelas reformas neoliberais iniciadas na década de 1990, enfatizando suas implicações para a democratização da educação pública.

Analisando as parcerias firmadas entre secretarias de educação municipais, estaduais e grupos empresariais³, Adrião (2018, p. 11) estabeleceu 03 (três) dimensões sobre as quais as formas de privatização têm ocorrido na educação pública: gestão, oferta e currículo. A primeira dimensão refere-se à transferência da gestão educacional pública para o setor privado; a segunda

³ Grupo Objetivo, Pearson, Grupo Positivo, Grupo Santillana, Abril Educação (ADRIÃO, 2016).

pelo financiamento de escolas privadas com fundos públicos; e a terceira pela aquisição de currículos ou tecnologias educacionais elaboradas pelo setor privado.

O processo de privatização, afirmou Adrião (2018, p. 10), tem subordinado a educação escolar obrigatória aos interesses de corporações e organizações privadas, de modo que parcelas cada vez maiores dos recursos públicos são transferidas para o setor privado.

Peroni (2018), na mesma linha de estudos sobre o público e privado, neste trabalho, analisou a atuação dos sujeitos que articulam a privatização do público. A autora afirmou que o processo de privatização não é abstrato, mas ocorre a partir da atuação de “[...] sujeitos individuais e coletivos que estão cada vez mais organizados, em redes do local ao global, com diferentes graus de influência e que falam de diferentes lugares: setor financeiro, organismos internacionais, setor governamental” (PERONI, 2018, p. 214).

Peroni (2018) destacou o protagonismo do TPE, do Instituto Ayrton Senna e do Instituto Unibanco na direção/execução das políticas educacionais, bem como a influência de *think tanks* nacionais e internacionais, como Fundação Getúlio Vargas, Fundação Heritage e a Atlas Network. A autora concluiu que a garantia do acesso à educação pública foi ampliado, após o processo de redemocratização, mas, atualmente, verifica-se a presença cada vez maior do setor privado definindo as políticas de educação. Neste contexto, o Estado continua responsável pelo ingresso, mas o conteúdo pedagógico e de gestão é definido por organizações privadas, sob a justificativa de estarem contribuindo para a melhoria da qualidade (PERONI, 2018, p. 233).

Considerações finais

Neste artigo, realizamos o “Estado do Conhecimento” sobre a atuação do empresariado nacional no campo das políticas de reforma do ensino médio, particularmente, no contexto do Projeto de Lei nº 6.840/2013 e da Lei nº 13.415/2017. Por meio da análise do material levantado nas bases de dados estabelecidas, foi possível chegar aos seguintes resultados, tendo em vista o diálogo estabelecido com o projeto de pesquisa.

Primeiramente, é possível afirmar que existe relevância social e acadêmica em pesquisar a atuação dos empresários, no contexto do PL nº 6.840/2013 e da Lei 13.415/2017, uma vez que Ferreti e Silva (2017), Kuenzer (2017) e Gonçalves (2017) destacaram a influência empresarial na reforma de 2016, mas não desenvolveram análises mais aprofundadas.

O paralelo entre a Lei nº 13.415 e o PL nº 6.840 também é válido, uma vez que autores como Cunha (2017), Ferreti e Silva (2017) e Gonçalves (2017) também observaram pontos de continuidade e descontinuidade entre as propostas. Já Ferreti (2016) comentou a atuação do setor privado no Projeto, mas também não aprofundou esta questão.

Apesar de ser mencionado pelos autores supracitados, o contexto de discussão do Projeto foi pouquíssimo explorado por pesquisadores, embora, neste cenário, tenham ocorrido manifestações contrárias de entidades acadêmicas, organizadas no Movimento Em Defesa do Ensino Médio.

De maneira geral, prevaleceu, nos trabalhos sobre a reforma de 2016, a interpretação desta se constituir em uma das medidas do ajuste fiscal do Governo Michel Temer. Perspectiva diferenciada aponta Cunha (2017), defendendo a função “contenedora” da reforma.

Também evidenciamos neste trabalho que, a partir de meados dos anos 2000, vários pesquisadores se debruçaram sobre a análise das formas de atuação do empresariado na educação pública. A dissertação de Martins (2013) e a tese de Pina (2016) exploraram tais questões, e subsidiarão nossas análises; assim como Freitas (2012, 2014a, 2014b, 2016), Adrião (2018) e Peroni (2018), que possuem trajetórias de pesquisas neste tema.

Ademais, um tema recorrente em alguns autores refere-se às motivações dos empresários se voltarem para a educação pública. Kuenzer (2017) e Freitas (2014a, 2014b) destacaram a necessidade de formação do trabalhador flexível e a necessidade de rebaixamento do salário médio, por meio de um currículo pragmático e formação enxuta. Sem desconsiderar estes fatores, Pina (2016) levantou a tese da elevação no nível da consciência política dos empresários. Acreditamos, a partir da leitura dos autores e das pesquisas que temos desenvolvido, que estes fatores coexistem, isto é, além da lucratividade imediata, existe um projeto dos empresários para dirigir a educação do país.

Por fim, é no interior destas lacunas que nossa proposta de pesquisa se insere: investigar a atuação empresarial no contexto das políticas para o ensino médio, abrangendo as discussões que resultaram no PL nº 6.840 e no processo de promulgação da Lei nº 13.415. Sendo assim, é na análise deste contexto específico que se encontra a legitimidade, a originalidade (uma vez que diversos autores perceberam nossas questões, mas não a desenvolveram) e possível contribuição do projeto de pesquisa para a produção do conhecimento científico no campo da educação.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BEZERRA, V. O.; ARAÚJO, C. M. A reforma do ensino médio: privatização da política educacional. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 603-618, jul./dez. 2017.

CUNHA, L. A. Ensino médio: atalho para o passado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 373-384, Jun. 2017.

FERRETTI, C. J. Reformulações do ensino médio. **Holos**, v. 6, p. 71-91, out. 2016.

_____.; SILVA, M. R. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404, Jun. 2017.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educ. Soc.**, n. 79, p. 257- 272, Ago. 2002.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

_____. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, Ago. 2016.

_____. Os Reformadores Empresariais da Educação e a Disputa pelo Controle do Processo Pedagógico na Escola. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014a.

_____. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 1, p. 48-59, Dez. 2014b.

GONÇALVES, S. R. V. Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 331-354, Jun. 2017.

MARTINS, E. M. **Movimento "Todos pela Educação"**: um projeto de nação para a educação brasileira. 2013. 184 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2013.

PERONI, V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

PINA, L. D. **Responsabilidade social e educação escolar**: o projeto de educação básica da

“direita para o social” e suas repercussões na política educacional do Brasil contemporâneo. 2016. 289f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

RAVITCH, D. A morte e vida do grande sistema escolar americano. Porto Alegre: Sulina, 2011.